



FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS
MACHADO SOBRINHO

O Diretor DA FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS MACHADO SOBRINHO, mantida pela Fundação Educacional Machado Sobrinho de Juiz de Fora-MG, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Ciências Contábeis em 03 de agosto de 2001, confere o título de Bacharel em Ciências Contábeis,

Marcus Vinícius Giestal Costa
filho de **Adriano da Costa** e **Paula Giestal Costa**
nascido a 03 de junho de 1972
natural de **Marília, Paraná**

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.
Juiz de Fora, 03 de agosto de 19 2001

Marcus Vinícius Giestal Costa
Diplomado
Secretário da Faculdade
[Assinatura]
Diretor da Faculdade

62

HISTÓRICO ESCOLAR

CARGA HORÁRIA: 450 HORAS PÓS-GRADUAÇÃO - Especialização em Administração Pública (com ênfase em Gestão Pública Municipal) - 3ª Turma

DISCIPLINAS	CH	% FREQ.	CONCEITOS	PROFESSORES
01. Estado, Governo e Administração Pública	30	100	B	Maurício Balesdent Barreira - Mestre - FGV/RJ
02. Arquitetura, Flexibilização Organizacional	30	100	A	Paulo do Carmo Martins - Doutor - USP
03. Planejamento Estratégico Governamental	37.5	85	A	Renato José Brown Ribeiro - Mestrado - FGV/RJ
04. Finanças e Orçamento Público	45	85	A	Maria Helena Castro Leal - Mestrado - UFMG
05. Macroeconomia para Administradores Públicos	30	100	A	Francisco Marcelo Barone Nascimento - Mestrado-FGV/RJ
06. Metodologia Científica	30	100	A	Sérgio Miguel da Silveira Jannuzzi - Especialista - FCCAMS/JF
07. Gestão Social e Elaboração de Projetos	37.5	75	B	Sandra Bara Alves - Especialista - Fundação João Pinheiro
08. Gestão Estratégica de Pessoas	30	75	A	Victor Cláudio Paradelo Ferreira - Mestrado - FGV/RJ
09. Sistemas de Suprimentos	30	100	A	Luiz Alberto Sanábio Friesz - Especialista - FFCAMS/MG
10. Política Educacional Municipal	30	100	B	Livingstone dos Santos Silva - Mestrado - UFRJ
11. Política Municipal de Saúde	30	100	A	Maria Ruth Santos - Mestrado - Fundação Oswaldo Cruz/RJ
12. Política de Assistência Social	30	75	A	Elizabeth dos Santos Queiroga - Especialista - PUC/RJ
13. Didática do Ensino Superior	30	75	A	Maria Lúcia Jannuzzi Machado - Doutor - UFRJ
14. Processo Decisório e Sistema de Informação Gerencial	30	100	A	José Almi de Oliveira - Mestre - FGV/RJ
15. Monografia			A	Título: Despesas com pessoal após a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 01/2001 DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. FORMA DE AVALIAÇÃO: CONGHEITO POR DISCIPLINA (A - EXCELENTE), (B - BOM) E (C - SUFICIENTE)

REGISTRO: FOLHA 65-V DO LIVRO 01, SOB O Nº 2634, AOS 27 DE Novembro DE 2006.

Claudia G. de Oliveira
RESPONSÁVEL PLOTTE E CUSTO

23

Certificado

O Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais em parceria com o
Ministério da Fazenda certificam que,

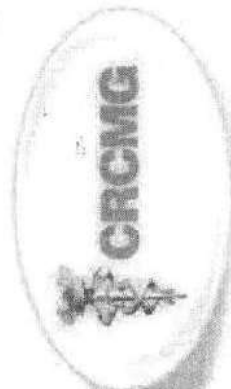
PATRICIA V. CALABRIA DE OLIVEIRA

participou do curso "Multiplicadores em Contabilidade Aplicada ao Setor Público", realizado no período de
02 a 06 de agosto de 2010, na sede do CRCMG, com carga horária de 40 horas.

Belo Horizonte, 06 de agosto de 2010.



Contador **Walter Roosevelt Coutinho**
Presidente do CRCMG



64
22



FACULDADE JUIZ DE FORA

Declaro para os devidos fins que

Patrícia V. Calábria de Oliveira

proferiu a palestra "Lei de Responsabilidade Fiscal", na I Jornada do Curso de

Ciências Contábeis – FACSUM/FJF, no dia 10 de novembro de 2008.

Juiz de Fora, 10 de novembro de 2008.

Iracema Abranches

Iracema Abranches
Direção Geral

Júlio César Mendes

Júlio César Mendes
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

DECLARAÇÃO

05/11

Certificado

Patrícia Vasconcelos C. de Oliveira

Certificamos que *Patrícia Vasconcelos C. de Oliveira*
participou do *Curso de Lei Orçamentária Anual - LOA*
como *palestrante da Planear Consultoria, com duração de 8 horas.*
realizado *no Hotel Lopes, em Caxambu - M.G.*

AMAG

Caxambu, 11 de agosto de 2010

Pratari
Presidente

Secretário
Secretário - Executivo

Coordenador
Coordenador

20/08

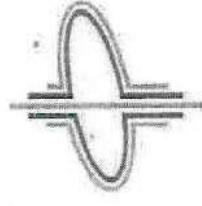
Certificado

Certificamos que **PATRÍCIA VASCONCELOS CALABRIA DE OLIVEIRA** ministrou o Curso de Controle Interno, realizado pela **PLANEJAR CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.**, em Juiz de Fora – MG, nos dias 15 e 16 de maio de 2013 com duração de 3 horas.

Juiz de Fora, 16 de maio de 2013.



Carlos Henrique Leal Porto
Planejar Consultores Associados Ltda



PLANEJAR
CONSULTORES ASSOCIADOS

07/07



**FÓRUM NACIONAL
DE GESTÃO E CONTABILIDADE PÚBLICAS**



Certificamos que

PATRICIA CALÁBRIA OLIVEIRA MATA

participou do 2º Fórum Nacional de Gestão e Contabilidade Públicas, realizado nos dias 15, 16 e 17 de outubro de 2008 em Belo Horizonte, com carga horária de 14 horas, obtendo também 10 pontos para o programa de Educação Profissional Continuada.

Contador Paulo César Consentino dos Santos
Presidente do CRCMG

Maria Clara Cavalcante Duguet
Presidente do CPC

Realização:



Apoio:



CBO
CONSELHO BRASILEIRO DE OMBUDSMAN

FBC
FUNDAÇÃO BRASILEIRA
DE CONTABILIDADE



Certificado



Contabilidade pública: fator de
responsabilidade, transparência
e ética na gestão pública



**FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO
E CONTABILIDADE PÚBLICAS**

**18 de agosto/2006
Horizonte/MG**

Certificamos que

PATRÍCIA CALÁBRIA DE OLIVEIRA

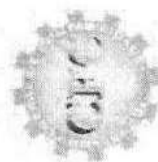
participou do 1º FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO E CONTABILIDADE PÚBLICAS,
realizado em Belo Horizonte/MG, pelo CRCMG e CFC, no período de 16 a 18 de agosto de
2006, com carga horária de 20 horas.

Paulo Cesar
Dr Paulo Cesar Consentino dos Santos
Diretor do CRCMG

Realização:



CRCMG
Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais



Maria Clara
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarin
Presidente do CFC

Certificado de Participação

**IBRAP - Instituto Brasileiro de
Administração Pública,**

Confere este certificado a

PATRÍCIA CALÁBRIA DE OLIVEIRA O. MATTA

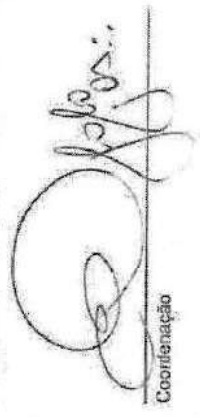
Pela participação no **CURSO SOBRE DEFESA NOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

Realizado em **BELO HORIZONTE**

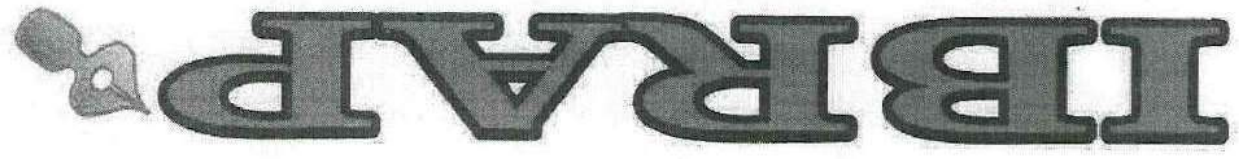
Com carga horária de **12 HORAS-AULA**

Ministrado por **JORGE ROBERTO VIEIRA AGUIAR FILHO**

Ribeirão Preto, 19 / JUNHO / 2007


Coordenação


Participante



30

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Painel 1: "A nova Contabilidade pública brasileira e o processo de convergência as IPSAS."
Painel 2: "Economia e Qualidade do Gasto no Setor Público: Aspectos Federativos."
Painel 3: Orçamento Federal: Inovações da SOF no auxílio à informação de Custos."
Painel 4: "Qualidade do Gasto no Setor Público."
Painel 5: "Experiências na Implantação e Uso de Informações de Custos."
Painel 6: "Sistema de Informação de Custos do Governo Federal."
Painel 7: "A Norma de Custos do Conselho Federal de Contabilidade."
Painel 8: "Uma visão Estratégica de Custos."
Painel 9: "Informação de Custos na Visão dos Órgãos de Controle."
Painel 10: "Informação de Custos – Experiências dos Estados."
Painel 11: "Cerimônia de premiação para os vencedores do Prêmio de Artigos Científicos sobre Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público."
Painel 12: Especial de encerramento do Congresso: Relatório Final do Evento Desafios e Perspectivas para o uso da Informação de Custos no Setor Público.

Carga Horária: 24 horas

71/2

II Seminário
Internacional de
Contabilidade
Pública

A participação neste evento
conferirá 10 pontos no Programa
Educação Profissional Contabilidade
Cargo Horário: 23 horas

3º FÓRUM NACIONAL
DE CONTABILIDADE PÚBLICA


20 e 22 de setembro de 2010
Palácio das Artes - Belo Horizonte - MG


O Conselho Federal de Contabilidade certifica que

PATRICIA VASCONCELOS CALABRIA DE OLIVEIRA

participou do II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA,
realizado de 20 a 22 de setembro de 2010, no Palácio das Artes de Belo Horizonte-MG.

Belo Horizonte, 22 de setembro de 2010.


Juarez Domingues Carneiro
Presidente do CFC


Walter Roosevelt Coutinho
Presidente do CRCMG

Realização



Organização



72
e


Certificado

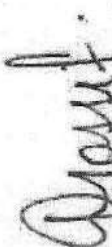
O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais por meio da Escola de Contas e Capacitação Prof. Pedro Aleixo certifica

PATRICIA CALABRIA

por sua participação no Encontro Técnico "O TCEMG e os Municípios 2012", realizado em Juiz de Fora nos dias 24 e 25 de abril de 2012, com carga horária de 13 horas.

Juiz de Fora, 25 de abril de 2012.


Antônio Carlos Doorgal de Andrada
Presidente do Tribunal de Contas do
Estado de Minas Gerais


Gustavo Costa Nassif
Diretor da Escola de Contas e Capacitação
Professor Pedro Aleixo



Encontro Técnico
**TCEMG e
os Municípios**
2012

**A RESPONSABILIDADE FISCAL
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ANO ELEITORAL**


TCEMG
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Órgão de Controle, Transparência e Cidadania

SEMINÁRIO CONTROLE INTERNO

A 26/MAIO 2004

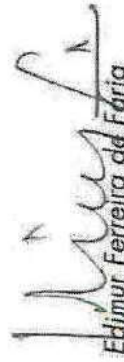
SEMINÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS

ificamos que

PATRICIA CALABRIA DE OLIVEIRA MATTIA

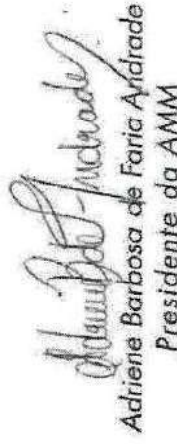
uiu o Seminário de Controle Interno, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
AM - Associação Mineira de Municípios, realizado nos dias 24, 25 e 26 de maio de 2004, com carga
ria de 27 horas/aula.

Belo Horizonte, 26 de maio de 2004.


Edmur Ferreira de Faria

iretor da Escola de Contas do TCEMG




Adriene Barbosa de Faria Andrade
Presidente da AMM



74
ce

CERTIFICADO




IVFÓRUM MINEIRO
DE CONTABILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL

**AS MUDANÇAS NA CONTABILIDADE PÚBLICA:
OS DESAFIOS SOBRE O ASPECTO PATRIMONIAL E
O IMPACTO NOS MUNICÍPIOS MINEIROS**

PATRICIA VASCONCELOS CALABRIA DE OLIVEIRA

Certificamos que
participou do IV FÓRUM MINEIRO DE CONTABILIDADE, promovido pela
Associação Mineira de Municípios - AMM, realizado nos dias 28 e 29 de agosto de 2013,
em Belo Horizonte, com carga horária de 16 horas.


Antônio Carlos Andrade
Presidente da AMM
Prefeito de Barbacena

Apoio:



Parceria:



Patrocínio:



Realização:



75
2

28 de setembro de 2011 – Quinta-feira

17h - Palestra: Sustentabilidade.

Expositor: Dr. Djalma Bastos de Moraes - Presidente da Cenig.

18h - Entrega da medalha "Mérito Contábil de Minas Gerais" a contadora Augusta Vicentina de Fonseca, conforme Deliberação CRCMG nº 607/2011 de 29/06/2011.

19h - Coquetel.

29 de setembro de 2011 – Quinta-feira

9h - Palestra: Painel IFRS - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Expositores: Ricardo Lopes Cardoso, Vânia Borges e Amaro Luiz de Oliveira Gomes.

Ricardo Lopes Cardoso - Contador e advogado, mestre e doutor em Ciências Contábeis, Professor Adjunto da Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE-FGV), Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Finanças (FAF-UERJ). Pesquisador Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Vânia Maria da Costa Borges - Mestre em Administração pelo Ibmec-RJ e especialista em Contabilidade pela FGV-RJ. Desde 2004 ocupa o cargo de Contadora-Chefe do BNDES, onde também responde pelas Relações com Investidores e pelo processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS).

Amaro Luiz de Oliveira Gomes - Integra o board do International Accounting Standards - IASB, desde julho de 2009. Mestre em Contabilidade e Finanças (Inglês).

11h - Painel: Adoção dos Padrões Internacionais na Contabilidade Pública Brasileira.

Expositores: Maria da Conceição Barros de Rezende, Diretora da Superintendência Central de Contabilidade Geral - Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, e Paulo Henrique Feijó, Coordenador Geral das Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e membro integrante do Grupo de Convergência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

12h - Almoço.

14h - Ginástica Cerebral Aplicada ao Trabalho.

Expositor: Carlos Maurício Prado - Engenheiro químico, editor de livros, comunicador de rádio, instrutor de ginástica cerebral, terapeuta visual, já proferiu mais de 5.000 palestras no Brasil e no Exterior.

15h - Palestra: Contabilidade Para a Sustentabilidade: O Projeto de Relatórios Integrados.

Expositor: Dr. Nelson Carvalho (SP) - É membro de vários conselhos de administração em instituições financeiras e não-financeiras e em ONGs e coordena comitês de auditoria, é membro do IIRC - International Integrated Reporting Committee e Membro do Board of Directors da XBRL International, Inc. e Coordenador de Relações Internacionais do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC.

16h - Apresentação de trabalhos.

17h - Palestra: Cenários e Desafios da Política Brasileira: 2011/2015

Expositora: Lucia Hippólito - Cientista política pelo IUPERJ - Historiadora, jornalista e comentarista da Rádio CBM e Globo News.

18h - Encerramento das atividades do dia.

19h30min. confraternização dos participantes, com apresentação da Banda Chevette Hatch, com o repertório voltado para os anos 80, salão Ouro (2º andar do Minascentro)

30 de setembro de 2011 – Sexta-feira

11h - Palestra: Ética e Sustentabilidade.

Expositora: Maria Elisa Castelanos Solá - Arqueóloga, doutora em Ecologia pela UFMG; Ex-diretora de Proteção à Biodiversidade do Instituto Estadual de Florestas de MG.

12h - Almoço.

14h - Apresentação de trabalhos.

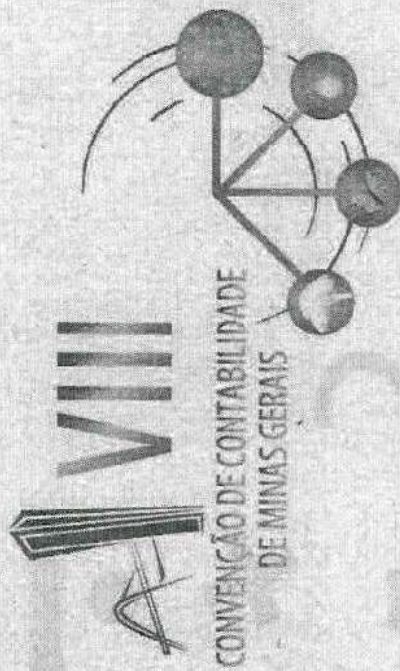
15h - Palestra: Como Assinar Atos, Contratos e Alterações Contratuais, Online, Utilizando a Certificação Digital.

Expositor: Nivaldo Cleto - Membro eleito do Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGB-Br) Setor Empresarial Usuário, perito judicial pelas Varas do Trabalho, Federal e Cível - Estado de São Paulo e coordenador do Projeto da Nova Identidade do Profissional da Contabilidade pelo Conselho Federal de Contabilidade.

16h - Resultado do Prêmio Internacional de Produção Contábil Técnico-Científica Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá.

17h - Palestra: Qual a Tua Obra? Inquietações Propositivas Sobre Gestão, Liderança e Ética

Expositor: Mário Sérgio Cortella - Filósofo, mestre e doutor em Educação pela PUCSP e escritor.



Certificamos que PATRICIA VASCONCELOS CALABRIA DE OLIVEIRA

participou da **VIII CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**
CONTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE: UM NOVO CONCEITO A SER CULTIVADO,
realizada nos dias 28, 29 e 30 de setembro de 2011, em Belo Horizonte.

Carga horária de 18h, 10 créditos para educação profissional continuada. Resolução CFC nº 1146/08

Contador Walter Roosevelt Coutinho
Presidente do CRCMG

Realização



Contabilidade e sustentabilidade: um novo conceito a ser cultivado.

77
C

HISTÓRICO ESCOLAR

HORÁRIA: 480 HORAS PÓS-GRADUAÇÃO - Especialização em Administração Pública - 1ª Turma

DISCIPLINAS	CH	FREQ.	CONCEITOS	PROFESSORES
Metodologia Científica	30	100	A	Maria Lúcia Jannuzzi Machado (Doutorado - UFRJ)
Administração Pública e Governo	30	100	A	Wagner Geraldo Ferreira de Carvalho (Mestrado - FGV/RJ)
Modelos de Administração Pública	30	75	B	Marcelo Ernandez Macedo (Mestrado - FGV/RJ)
Gestão de Políticas Públicas - Partes I e II	30	100	A	Tânia Maria de Souza (Mestrado - FGV/RJ)
Sistema Político Brasileiro - Partes I e II	30	75	A	Ricardo Henry Dias Rohn (Mestrado - FGV/RJ)
Política Econômica e Financeira	30	75	C	Virene Roxo Matesco (Doutorado - UFRJ)
Gestão de Políticas Sociais	30	75	B	Carlos Antonio da Silva (Mestrado - UFRJ)
Planejamento e Orçamento Governamentais	30	75	A	Francisco Marcelo Garritano Barone Nascimento (Mestrado - FGV/RJ)
Política e Gestão de Organizações Estatais	30	100	A	Claudio Roberto Marques Gurgel (Mestrado - FGV/RJ)
Didática do Ensino Superior	30	100	A	Maria Lúcia Jannuzzi Machado (Doutorado - UFRJ)
Novas Abordagens Organizacionais	30	100	B	Edison de Oliveira Martins Filho (Mestrado - UFRJ)
Processo Decisório e Informação Gerencial	30	100	B	Lídia de Oliveira (Mestrado - UFF/RJ)
Gestão de Recursos Humanos	30	100	A	Mary Sueley Souza Barradas (Mestrado - FGV/RJ)
Tópicos Especiais em Administração Pública	30	75	B	Heliana Marinho da Silva (Mestrado - FGV/RJ)
Trabalho Científico	60	100	A	Ricardo Henry Dias Rohn (Mestrado - FGV/RJ)

UNDAMENTAÇÃO LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 12183, DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO - FORMA DE AVALIAÇÃO: CONCEITOS POR DISCIPLINA: A (EXCELENTE), B (BOM) e C (SUFICIENTE)
 REGISTRO: FOLHA 48 DO LIVRO, 01 SOB O Nº 1901, AOS 23 DE julho DE 2002

Cláudia Guimarães de Figueiredo

ENCARREGADO DO REGISTRO

78

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MACHADO SOBRINHO

FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ADMINISTRATIVAS MACHADO SOBRINHO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

CERTIFICADO

Certificamos que PATRICIA CALABRIA OLIVEIRA MATTA, filho(a)

de Marcos Antonio Calabria de Oliveira e de Clarita Vasconcelos Calabria de Oliveira

nascido(a) aos 22 de Junho de 1970, natural de RECIFE,

PERNAMBUCO

concluiu o curso de ESPECIALIZAÇÃO em

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - 1ª Turma realizado no período

de 20 de Junho de 1998 a 23 de Outubro de 1999,

Luiz de Faria, 24 de Abril de 2000

Olivera Santos

SECRETÁRIO

Fori-dary keel
DIRETOR

Curso: 274.M-CURSO SOBRE DEFESA NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Data...:19/06/2007 a 20/06/2007

OS TRIBUNAIS DE CONTAS

- Tribunais de Contas nos Estados e nos Municípios // Tribunais de Contas na Constituição de 1988 // Principais apontamentos acerca dos Tribunais de Contas // A função jurisdicional

AS FUNÇÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

- Função consultiva, informadora e opinativa // Função contenciosa e jurisdicional // Função fiscalizadora // Função sancionadora ou corretiva

O CONTROLE EXTERNO APLICADO AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Sobre a Administração Direta // Sobre a Administração Indireta // Autarquia // Fundação // Sociedade de economia mista e empresa pública // Sobre Concessionárias e Permissórias de serviços públicos

COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

- Competências de auxílio ao Poder Legislativo // Apreciação das contas anuais do Chefe do Poder Executivo // Realização de inspeções e auditorias // Prestação de informações ao Poder Legislativo // Competências exclusivas dos Tribunais de Contas // Julgamento das contas dos Administradores e outros responsáveis // Apreciação das admissões de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões // Realização de inspeções e auditorias // Aplicação de sanções // Fixação de prazo para saneamento de irregularidades ou abuso // Impugnação e sustação de contrato

O PROCESSO NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

- Processo administrativo de contas // Devido processo legal // Princípios // Etapas // Formas das decisões // Modalidade das decisões // Tipos de processos de defesa // Processo de tomada e prestação de contas // Procedimentos de fiscalização // Defesa prévia de relatório anual // Recursos // Recursos de reconsideração // Pedido de reexame // Embargos de declaração // Recurso de revisão // Agravo

O CONTROLE E A LEI DE RESPONSABILIDADE DA GESTÃO FISCAL

- Estrutura da Lei // Planejamento, Controle e fiscalização

80/3



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS
AUTARQUIA CRIADA PELA LEI Nº 4.769, DE 09/09/1965

CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DE PESSOA FÍSICA

CERTIFICAMOS para todos os devidos fins de direito que o(a) profissional **LUIZ ALBERTO LEAL PORTO**, CPF nº **367.103.267-72**, está devidamente registrado(a) neste Conselho, sob o nº **01-019854/D**. CERTIFICAMOS também que o(a) referido(a) encontra-se em dia com suas obrigações financeiras para com esta entidade **até o exercício de 2020**, não sofreu penalidade de natureza disciplinar ou ética no âmbito deste Conselho, estando apto(a) ao exercício da profissão.

TITULAÇÃO: ADMINISTRADOR

Impresso pela internet sob N. 7566.1071.1639.5755 em 13/10/2020 - 14:38:42
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site www.cramg.org.br.

Válida até 30/06/2021.
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais****ALVARÁ DE ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL
DE SOCIEDADE**

O Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto-Lei nº. 9.295/46, expede o presente Alvará de Organização Contábil, para que surta os efeitos legais.

REGISTRO Nº MG-006686/O-3	VÁLIDO ATÉ: 31/03/2021
----------------------------------	-------------------------------

IDENTIFICAÇÃO:

DENOMINAÇÃO..... :	PLANEJAR CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
NOME DE FANTASIA... :	PLANEJAR CONSULTORES ASSOCIADOS
CATEGORIA :	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
CNPJ :	26.125.096/0001-08
ENDEREÇO :	R URUGUAIANA, 147 , JARDIM GLORIA - 36015-020
ATIVIDADES :	CONTABILIDADE, ASSESSORIA, CONSULTORIA

TITULAR / SÓCIOS / RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

REGISTRO	NOME	CATEGORIA	TIPO DE VÍNCULO
PF-189440/K-6	LUIZ ALBERTO LEAL PORTO	ADMINISTRADOR(A)	SÓCIO
MG-015747/O-2	CARLOS HENRIQUE LEAL PORTO	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	SÓCIO / Resp. Técnico
MG-050843/O-0	MARCIA MARIA PIMENTEL MENDES	CONTADOR	SÓCIO / Resp. Técnico
MG-057447/O-0	EDSON DE CARVALHO CARDOZO	CONTADOR	SÓCIO / Resp. Técnico
MG-068927/O-2	GUSTAVO FERREIRA	CONTADOR	SÓCIO / Resp. Técnico
MG-011435/F-5	PLANEJAR CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA FILIAL	SOCIEDADE SIMPLES LTDA FILIAL	

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: BELO HORIZONTE, 15/12/2020 as 17:47:52.
Válido até: 31/03/2021.

Código de Controle: 306888.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

84
u

CERTIFICADO

Certificamos que

MAURILIO CAMPOS LANDIM

participou do **II FÓRUM NACIONAL DE AUDITORIA**, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e pelo Instituto Rui Barbosa, no dia 22 de maio de 2020, com carga horária de duas horas.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2020.

Ivan Lelis Bonilha

Ivan Lelis Bonilha
Presidente do Instituto Rui Barbosa

Mauri Torres

Mauri Torres
Presidente do TCEMG

Naila Garcia Mourthé

Naila Garcia Mourthé
Diretora da Escola de Contas e
Capacitação Professor Pedro Aleixo

Realização:



CERTIFICADO

Certificamos que MAURILIO CAMPOS LANDIM participou do webinar
“Transparência em Tempos de Covid-19: Ações Anticorrupção Diante da Pandemia”,
evento online, no dia 20/07/2020, com carga horária de 2 hora(s).

AGU



Gustavo Nassif
presidente do IDCCT



86
3



ENCONTRO TÉCNICO - 2020

TCEMG E OS MUNICÍPIOS



ENCONTRO TÉCNICO VIRTUAL TCEMG E OS MUNICÍPIOS:

a atuação do controle
em tempos de pandemia

Certificamos que

MAURILIO CAMPOS LANDIM

Participou do **ENCONTRO TÉCNICO VIRTUAL TCEMG E OS MUNICÍPIOS: A ATUAÇÃO DO CONTROLE EM TEMPOS DE PANDEMIA – 1º MÓDULO**, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, no dia 2 de junho de 2020, com carga horária de duas horas.

Belo Horizonte, 2 de junho de 2020.


Mauri Torres

Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais


Naila Garcia Mourthé

Diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo

Realização:



Apoio:

78
e

TCEMG-2020-4775-4867



ENCONTRO TÉCNICO - 2020

TCEMG E OS MUNICÍPIOS



ENCONTRO TÉCNICO VIRTUAL TCEMG E OS MUNICÍPIOS:

a atuação do controle
em tempos de pandemia

Certificamos que

MAURILIO CAMPOS LANDIM

Participou do ENCONTRO TÉCNICO VIRTUAL TCEMG E OS MUNICÍPIOS: A ATUAÇÃO DO CONTROLE EM TEMPOS DE PANDEMIA - 3º MÓDULO, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, no dia 16 de junho de 2020, com carga horária de duas horas.

Belo Horizonte, 16 de junho de 2020.

Mauri Torres

Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais

Nalla Garcia Mourthé

Diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo

Realização:



Apoio:



TCEMG-2020-4777-4867

TRIBUNAL DO FUTURO

Certificamos que

MAURILIO CAMPOS LANDIM

participou do webinar **TRIBUNAL DO FUTURO: ATUAÇÃO COLABORATIVA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO ENFRENTAMENTO À CRISE**, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no dia 8 de maio de 2020, com carga horária de duas horas.

Belo Horizonte, 8 de maio de 2020.


Mauri Torres

Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais


Naila Garcia Mourthé

Diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo



Prefeitura Municipal de Goianá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. 21 de Dezembro, 850 - CNPJ 01.611.137/0001-45

e-mail: licitagoiana@gmail.com licitacao@goiana.mg.gov.br

90
J

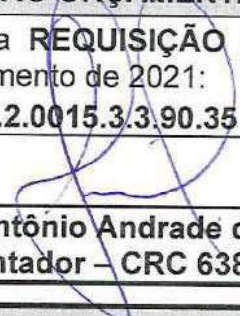
AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAR LICITAÇÃO

INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para orçar a despesa referente a **REQUISIÇÃO 002/2021** indico a(s) seguinte(s) dotação(ões) à conta do orçamento de 2021:

2.02.01.04.122.001.2.0015.3.3.90.35

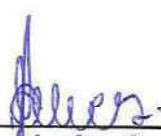
Em 04/01/2021



Marco Antônio Andrade da Rocha
Contador - CRC 63855

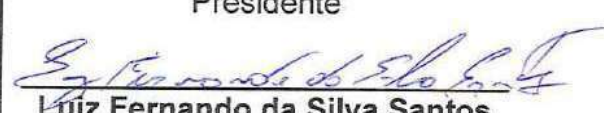
PARECER DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Existindo indicação de recursos, considerando o objeto a ser licitado e o valor estimado na requisição, informamos que a contratação está em condições de ser autorizada na **MODALIDADE de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**. Os autos receberão o nº 002/2021

Em 04/01/2021


Monique de Aquino Alves
Presidente


Valéria C. N. Campos
Membro


Luiz Fernando da Silva Santos
Membro

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO a instauração do processo licitatório na modalidade definida pela **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**, correndo a despesa à conta do(s) recurso(s) indicado(s) pelo **SETOR DE CONTABILIDADE**.

Com o objetivo de atender ao disposto nos arts 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, **DECLARO**, ainda, que esta despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em 04/01/2021


Estevam de Assis Barreiros
Prefeito Municipal de Goianá



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÁ-MG
Av. 21 de Dezembro, nº. 850 — Goianá-MG - CEP: 36.152-000
E-mail: licitagoiana@gmail.com

91
x

APROVAÇÃO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL PARECER

O Sr. Prefeito de Goianá - MG, e também os servidores do setor de licitação, consultam-nos sobre a possibilidade de contratar, sem licitação, assessoria auxiliar na parte técnica da contabilidade do Município de Goianá por inexigibilidade tendo em vista notória especialização.

Após a juntada de extensa documentação demonstrando a qualificação da empresa que se pretende contratar, vieram até nós as demais documentações acostadas de forma que passamos a **opinar**.

FUNDAMENTOS

O caso em exame enquadra-se no inciso II do art. 25 da Lei 8.666/96 que segue *in verbis*:

Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

b

Conforme se observa do texto da lei a contratação de pessoa física ou empresa que tenha notória especialização se torna autorizada, uma vez provados os requisitos legais.

Trata-se de situação em que a competição é impossível, não merecendo qualquer confusão com as hipóteses de **licitação dispensável** quando o certame, apesar de possível, tem a faculdade pela sua não realização conferida pelo legislador ordinário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÁ-MG
Av. 21 de Dezembro, nº. 850 – Goianá-MG - CEP: 36.152-000
E-mail: licitagoiana@gmail.com

Inicialmente, cumpre destacar que o serviço pretendido está em conluio o com o art. 13 da Lei Geral de Licitações. Senão vejamos:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: (...) III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

Não se olvide, ainda, que a Lei 14.039/20 que alterou a redação do art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, a fim de afastar qualquer dúvida, disparou:

Art. 25. (...) §1º Os serviços profissionais de contabilidade são, por sua natureza, *técnicos e singulares*, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

§ 2º Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de profissionais de contabilidade cujo conceito no campo de sua especialidade, *decorrente de desempenho anterior*, estudos, *experiências*, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou *de outros requisitos relacionados com suas atividades*, permita inferir que o seu trabalho é essencial e *indiscutivelmente* o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato." (NR)

Com isso, não há dúvidas à subsunção do caso em análise à norma do art. 25, II da Lei Geral e Licitações. Ainda mais a considerar a larga documentação que demonstra experiência indiscutível por parte do pretenso contratado.

Abrindo uma rápida menção, é de conhecimento desta procuradoria que tramita no Supremo Tribunal Federal a ADI 6569, com origem no Distrito Federal, movida pela CONAMP que tem como Relator o Min. Edson Fachin que afirma haver inconstitucionalidade material na norma ora apontada. Porém, não há decisão que tenha suspendido a eficácia da Lei 14.039/20 sendo certo que a norma está impregnada com presunção de constitucionalidade, até que, em sentido contrário, se manifeste a Corte Suprema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÁ-MG
Av. 21 de Dezembro, nº. 850 – Goianá-MG - CEP: 36.152-000
E-mail: licitagoiانا@gmail.com

93
u

Cumpre sempre destacar, por parte deste procurador, que a mera subsunção do caso ao art. 25, II não livra o gestor público das formalidades do art. 26, parágrafo único. O entendimento aqui esposado é seguido pelo STJ, a seguir *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. VÍCIOS NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ANULAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 473/STF. 1. A impetrante foi contratada em 20.08.07, por inexigibilidade de licitação, para fornecimento de livros didáticos ao Estado do Maranhão. Todavia, identificando vícios no procedimento de contratação, o ente estatal editou a Portaria nº 840, de 14.09.07, anulando o certame. A recorrente afirma que a administração pública cometeu ilegalidade, pois o desfazimento do vínculo, após a assinatura do contrato, apenas pode ser realizada em duas situações: interesse público ou ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado. 2. A contratação direta por inexigibilidade de licitação exige uma série de providências formais, de modo a justificar a regularidade da qualificação jurídica do contratante, a necessidade do bem ou serviço pretendido, a inviabilidade de competição e a razoabilidade dos preços. 3. Na hipótese dos autos, foram detectados vícios procedimentais que impossibilitaram a continuidade do vínculo contratual. A dúvida existente sobre a autenticidade dos documentos que justificaram a contratação direta (como por exemplo, pareceres da assessoria jurídica sem a assinatura do advogado parecerista, bem como, sem assinatura do Chefe da Assessoria Jurídica à época, o certificado de exclusividade com selo indicando data posterior à ratificação do instrumento) é situação apta a ensejar a nulidade do contrato. Aplicação da Súmula 473/STF. 4. A anulação do certame público autoriza o interessado a buscar eventuais perdas e danos, pelos meios cabíveis em direito. 5. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido. (RMS 28.552/MA, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2011, DJe 25/03/2011)

h

Friso ainda que em atenção ao procedimento de inexigibilidade da Lei de Licitações há que se ter atenção especial ao art. 26 e sua aplicação para o presente caso no que couber. Fazemos questão de trazer à baila o referido artigo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNÁ-MG
Av. 21 de Dezembro, nº. 850 – Goiânia-MG - CEP: 36.152-000
E-mail: licitagoiana@gmail.com

04
N

Art. 26. [...] Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com todo o devido acatamento aos entendimentos em sentido contrário, o caso presente impõe o cumprimento dos incisos II e III apenas do parágrafo único do art. 26 da Lei Geral de Licitações, uma vez que faticamente os demais incisos não se aplicam ao presente caso.

Nessa esteira, a escolha do fornecedor se apresenta adequada mais uma vez, já que o valor oferecido para o presente contrato se apresenta compatível com os valores que o mesmo contratado oferece em outras prefeituras, havendo nessa hipótese compatibilidade com festejado entendimento do exarado no acórdão 1.565/2015 do Tribunal de Contas da União, bem como orientação normativa 17 da AGU. Esta última, *in verbis*:

"A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio *da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados*, ou outros meios igualmente idôneos."

No mesmo sentido, a corroborar a contratação direta, os preços apresentados estão de acordo com os de mercado o que mostra o acerto na contratação pretendida.

CONCLUSÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÁ-MG
Av. 21 de Dezembro, nº. 850 – Goianá-MG - CEP: 36.152-000
E-mail: licitagoina@gmail.com

05
u

Tendo em vista o exposto, nossa opinião segue no sentido de que é permitido ao Sr. Prefeito Municipal de Goianá, com fulcro no art. 25 inciso II da Lei 8.666/93, contrate por inexigibilidade de licitação a pessoa que menciona.

Este é o nosso parecer que, salvo melhor juízo, se pronuncia somente no aspecto jurídico-formal pela viabilidade da contratação direta, sem qualquer pretensão de nos substituir ao mérito administrativo ou mesmo adentrar na capacidade financeira do Município.

Goianá, 04 de janeiro de 2021

Luiz Antônio de Oliveira Lima
Procurador Jurídico Municipal
OAB 151.952